

Apresentação

AGENTES URBANOS E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Lucas Labigalini Fuini¹
Luciano Antonio Furini²

(...) a análise dos fenômenos urbanos exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura, dimensões de texto/contexto, campo/conjunto, escrita e leitura, sistema, signifiante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições etc. Sabe-se, aliás, que nenhum desses termos tem uma pureza rigorosa, que nenhum é definido sem ambiguidade, que nenhuma escapa à polissemia. O teórico da cidade e do urbano dirá que esses termos se definem como forma da simultaneidade, campo de encontros e de troca (LEFEBVRE, 2001, p. 32, *O direito à cidade*).

A presente edição da revista “*Geografia e Pesquisa*”, intitulada “*Agentes urbanos e dinâmicas socioespaciais no Brasil contemporâneo*”, é fruto dos esforços de cooperação em pesquisa científica de docentes do curso de Geografia da Unesp de Ourinhos, mais precisamente dos membros do “*Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais*” (DITER/CNPq), e outros docentes e pesquisadores de universidades como Unesp-Rio Claro e a UFF-Campos de Goytacazes. Nesta obra constam parcerias inéditas entre geógrafos que buscam responder ao seguinte questionamento: quem produz e reproduz os espaços urbanos brasileiros na atualidade?

Trata-se de uma obra que se propõe a discutir as novas nuances do espaço urbano brasileiro por meio de seus agentes sociais e do conjunto de atividades e relações que têm a capacidade de mostrar que as cidades, em particular aquelas pesquisadas nesta obra, são ambientes de grande dinamismo político, econômico e social. Um dos principais níveis de

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos. E-mail: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

² Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da UNESP-Ourinhos. Email: luciano@ourinhos.unesp.br.

entendimento da urbanização é pelo viés da análise do crescimento e dinamismo: populacional (número de habitantes); horizontal (do perímetro da cidade, com loteamentos e infraestrutura básica e de circulação) e vertical (aumento do número de edifícios residenciais e de serviços). Daí depreende-se que o urbano, com suas diversas áreas, como as comerciais, de serviços, industriais, de habitação e suas centralidades, tem um grande poder estruturante sobre a organização dos espaços regionais, devido aos deslocamentos dos seres humanos que ele cria e que mantém (VILLAÇA, 1998).

E essa dinâmica entre cidade e urbano não pode ser compreendida, segundo Lefebvre (2001), sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade, considerando-se as instituições mais gerais, que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, coexistindo com instituições propriamente urbanas, administrativas e culturais, incluindo neste campo as instituições municipais. Nesse interagir, é possível reconhecer que cidades envolvem também descontinuidades têmporo-espaciais situadas entre suas formações urbanas e relações sociais mais gerais.

Formas, estruturas, funções urbanas agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar. Toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio e seus fragmentos e restos serviram para outras formações (LEFEBVRE, 2001, p. 55).

Essas concepções de Lefebvre e demais autores conferem, simultaneamente, um caráter estrutural e sistêmico ao objeto de estudo “espaço urbano”. Estrutural porque deve ele ser pensado como um conjunto constituído pela justaposição de objetos, homens, firmas, instituições e o meio circundante em uma lógica de funcionamento ao mesmo tempo coerente e contraditória, que envolve solidariedade e conflitos sociais, econômicos e políticos. Além disso, seu caráter estrutural também supõe referências ao intra-urbano e ao interurbano; e o interurbano visto como espaço articulado em rede que estrutura um mosaico de interdependência entre cidades.

E o olhar sistêmico se aplica ao conjunto de fluxos materiais e imateriais que dá coerência ao conjunto e o torna uma indissociabilidade, considerando suas partes constitutivas, o arranjo delas no espaço e as interdependências que criam devido às suas complementaridades. Trata-se, portanto, de um sistema aberto às influências variadas oriundas de escalas espaciais maiores (nacional, global) e menores (local) em relação ao nível regional do quadro da polarização urbana. É nesse conjunto de sistemas e estruturas que se enquadram os agentes

urbanos, como elementos integrantes fundamentais a pilotar na base um complexo quadro de relações - ao mesmo tempo estável e instável, harmônico e caótico - a que chamamos de espaço urbano.

Assim, organizamos o material aqui exposto em cinco artigos, cada qual analisando uma cidade em específico e tratando de um agente urbano mais relevante, de um processo de urbanização particular e de conceitos explicativos que subsidiam o repertório teórico utilizado. Portanto, nesse projeto buscamos integrar autores de perspectivas teóricas diferenciadas a fim de construir um quadro suficientemente amplo e complexo que conseguisse, mesmo que de forma parcial, representar esses novos processos vigentes nos espaços urbanos cada vez mais interdependentes que verificamos no Brasil.

As contribuições presentes nessa edição são oriundas de reflexões relacionadas a pesquisas de graduação, mestrado e doutorado e de projetos regulares de pesquisa financiados por instituições de apoio à pesquisa científica. Os trabalhos também são frutos da pesquisa acadêmica desenvolvida em cursos de graduação e de pós-graduação de diferentes centros de investigação da ciência geográfica localizados na região Sudeste, explorando objetos de análise localizados nos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Apresentamos quadros parciais de uma realidade que se faz mutante e presente cada vez mais no cotidiano das pessoas que vivem em um país predominantemente urbano. E esse urbano, como processo, reivindica a organização dos espaços em seu conjunto de formas, funções e estruturas. A cidade, como objeto, também é estruturada por processos contraditórios, sendo vista como uma totalidade que encerra constantes transformações.

Segundo Santos; Silveira (2010), o processo recente de urbanização brasileira denota o seguinte quadro: 1º.) aumento do número e da força de cidades locais (cidades com até 100 mil habitantes) e dos centros regionais (entre 100 mil a 500 mil habitantes); 2º.) crescimento relativo maior das metrópoles regionais em relação às metrópoles nacionais do Sudeste, sendo que as primeiras passam a manter regularmente relações nacionais e mudam de qualidade; 3º.) diversificação e aprofundamento da divisão intra e interurbana do trabalho nas regiões metropolitanas, áreas capazes de abrigar uma ampla gama de atividades e de profissões; 4º.) As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias e um número

crescente de letrados, indispensável a uma produção material, agrícola e industrial, que se especializa e se intelectualiza.

Nesse mesmo contexto, observa-se recentemente no Brasil um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois, ao mesmo tempo, crescem as cidades grandes e médias, abarcando nesse crescimento um jogo dialético entre a criação de riqueza e a criação de pobreza sobre o mesmo território.

A localização das atividades (industriais, comerciais e de serviços) e das formas de consumo do espaço urbano (residencial, comercial, circulação etc.) aponta, na cidade capitalista, para processos de segregação. Esses processos podem decorrer das próprias diferenças entre localizações ou da capacidade diferenciada de consumo do espaço, identificada pelo poder de compra dos moradores, em outras palavras, pela distribuição de riqueza entre os habitantes da cidade. Na paisagem urbana, é possível distinguir facilmente os bairros onde se encontram as camadas mais pobres da população daqueles habitados pelas camadas mais ricas (SPOSITO, 2008, P. 34).

Cidade também é singularidade, intermediada pelos processos de trabalho associados a pessoas e instituições. A estrutura interna das cidades mostra que elas são dotadas de movimento próprio, sendo compreendidas pelos seguintes aspectos: implantação de equipamentos coletivos (habitações, hospitais, escolas, comércio etc.) e a segregação espacial decorrente da localização de distintas camadas de populações identificadas pelas diferenças de poder aquisitivo para exercitar o consumo do espaço urbano (SPOSITO, 2006).

Portanto, este número da revista “Geografia e Pesquisa”, do curso de Geografia da UNESP-Ourinhos, acaba por explorar essas diferentes perspectivas da relação entre cidade e urbano, entre processos e agentes urbanos: da distribuição da infraestrutura, da localização das atividades econômicas e sociais, das formas, funções, estruturas e processos que definem a organização do espaço urbano, da segregação espacial e exclusão socioeconômica, das instituições e normas que definem os diferentes usos do espaço, do rápido crescimento e dinâmica complexa vigente em cidades brasileiras, da presença do Estado nas ações de ordenamento e planejamento urbano, da crescente apropriação privada das estruturas urbanas, entre tantos outros temas a explorar e investigar.

No primeiro artigo, que abre esta edição, Luciano Antonio Furini, docente da Unesp, nos traz uma reflexão teórico-conceitual sobre a noção de 'agente urbano'. No ensaio, o autor afirma que o urbano constitui um fenômeno espacial de particular temporalidade e que sua dinâmica – o próprio processo de urbanização – pode ser entendida por determinados campos de ação, como

aquele da relação entre intra e interurbano, o subjetivo e o objetivo e o regulamentado e o desregulamentado. De modo geral, o autor afirma que o agente urbano é aquele que participa do processo de produção do espaço urbano e que se envolve ativamente ou involuntariamente nas relações de poder político e econômico, pelas normatizações e mudanças nas sociedades capitalistas.

O segundo artigo, de autoria do docente da Unesp-Ourinhos Nelson Rodrigo Pedon, é fruto de ideias e sistematizações extraídas de suas pesquisas de mestrado e doutorado. Desse modo, o autor se utiliza do conceito de movimento socioterritorial para tratar dos principais agentes urbanos que produziram historicamente e ainda produzem o recorte espacial correspondente ao bairro Alvorada, da cidade de Araçatuba, interior paulista. Segundo o autor, a cidade se apresenta como o território do exercício do poder, pois é produzida e condiciona a luta entre classes, grupos, corporações e indivíduos no seu interior, delimitando territórios nos quais se materializa a luta pelo espaço urbano. Portanto, a participação popular, vista pelo prisma da mobilização de moradores em uma associação de bairro periférico, está vinculada à constituição do território de um bairro, pois envolve processos de configuração da identidade que permeia a relação dos moradores com o espaço.

O terceiro artigo é de autoria do docente da Unesp-Ourinhos, Lucas Labigalini Fuini, também um dos responsáveis por este número especial da revista. O autor centra sua análise sobre a dinâmica do espaço urbano de Jaú, município do interior paulista, em dois conceitos principais: o de governança territorial e o de Arranjos produtivos locais (APL). Desse modo, busca entender quais são os principais agentes que respondem pelas relações de poder no bojo da indústria calçadista de Jaú, aglomeração industrial cujos elementos econômicos, sociais e políticos a definem como APL. Essa governança, que articula, sobretudo, os agentes privados representados pelo sindicato patronal e a Fiesp e os agentes públicos, representados pelo poder público local e serviços e agências de apoio estaduais e nacionais, tem a capacidade de interferir na organização do espaço urbano jauense conforme o alto nível de concentração e especialização das empresas, as localizações de produção e de comercialização dos calçados, as economias de aglomeração e externalidades associadas à cadeia de couro-calçados territorializada, as necessidades logísticas atreladas à indústria e, também, a conseqüente segregação socioespacial decorrente da divisão técnica e social do trabalho produzida no APL calçadista e em seu movimento de territorialização no espaço urbano local e regional.

O quarto artigo é de autoria de Luciana Antunes Barbosa, Doutora oriunda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Rio Claro e cujo estudo aqui apresentado é fruto de sua dissertação de mestrado. Nele são analisados os novos produtos imobiliários, como os enclaves residenciais fortificados de Limeira/SP, formas constitutivas do modo de vida urbano contemporâneo. Segundo a autora, os “enclaves residenciais fortificados” aparecem como uma alternativa para os cidadãos que buscam uma vida organizada em espaços normatizados e privatizados, onde o tempo da vida cotidiana está centrado em valores como o *status* social, contato maior com a natureza e uma relação “monótona” com o tempo. Ao mesmo tempo, é produto do mercado imobiliário e reforça a visão do espaço urbano como mercadoria, acentuando a fragmentação social, econômica e territorial. Conquanto, a autora conclui que o enclausuramento dos cidadãos gerado pelos condomínios é o retrato da sociedade contemporânea, do seu sistema econômico e das relações sociais e de produção predominantes.

O quinto artigo, de Luis Eduardo Devai, professor da rede pública de Ensino e bacharel-licenciado em Geografia pela Unesp-Ourinhos, nos traz uma análise sobre a influência dos chamados *shoppings centers* na organização espacial da cidade de Londrina, importante centro econômico do Norte do Estado do Paraná. Esse estudo reporta ao trabalho de graduação do autor defendido no curso de Geografia da instituição citada. Devai propõe discutir a importância do *shopping center* como empreendimento imobiliário que aglutina unidades comerciais em determinado edifício, no processo de reprodução do capitalismo em Londrina, envolvendo agentes públicos (poder público municipal e estadual), privados (construtoras, incorporadoras de imóveis, imobiliárias, empresários do comércio), consumidores e trabalhadores que determinam (ou são determinados) um tipo de ordenamento do espaço urbano conforme a distribuição de equipamentos de infraestrutura associados ao movimento de circulação produzido por esse objeto urbano. Desse modo, o autor conclui que a urbanização da cidade de Londrina (PR) se redefiniu significativamente a partir da inauguração dos *shoppings centers* em fins dos anos 1990 e início dos 2000, reforçando dois processos: a multiplicação da centralidade urbano-regional londrinense e a segregação socioespacial entre bairros e áreas do município.

O sexto e último artigo, de Tatiana Tramontani Ramos, docente da Universidade Federal Fluminense-Campos de Goytacazes, busca analisar as características do desenvolvimento socioespacial a partir dos exemplos de circuitos econômicos vinculados à práticas de economia popular e solidária, problematizando o quadro conceitual e empírico existente sobre essas

atividades e sua possível vinculação aos movimentos e ativismos sociais urbanos que buscam um horizonte de autonomia e autogestão. Na cidade do Rio de Janeiro, a autora constata uma realidade vigente de incentivo públicos e marcos legais que tem levado milhares de trabalhadores daquilo que chama de “hiperprecariado” a aderirem à microempreendimentos individuais de diversos gêneros, no entanto, fugindo do princípio da autonomia e da solidariedade econômica pois, crescentemente, passam a ser vinculados, de forma marginal, aos circuitos competitivos de produção capitalista, cujo quadro normativo segue modelos predeterminado pelo Estado. Assim, a perspectiva de resistência à ordem econômica e social, típica da economia popular solidária, torna-se inserção passiva e adaptação regressiva aos padrões de acumulação vigentes.

Pelo exposto, observa-se que a abordagem sobre agentes urbanos no território brasileiro contempla simultaneamente, a multidimensionalidade e a profundidade necessárias para sua investigação como eixos explicativos da dinâmica recente das cidades. Por se envolverem em espaços e tempos, sociedades, economias e culturas variadas, os agentes urbanos trazem diferentes dimensões quantitativas e qualitativas que os referendam, atuando nas escalas local, regional, nacional e global de interferências das redes e fluxos urbanos. E também incorporam um nível mais preciso de explicação dos fenômenos urbanos, pois delimitam exatamente quais são os agentes territoriais que controlam recursos e que emitem e demandam fluxos materiais e imateriais capazes de definir e orientar a organização dos espaços das cidades.

O socioespacial aqui se refere, como nos lembra Marcelo Lopes de Souza (2011, p. 160), “simultaneamente às relações sociais e ao espaço, como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes”, e o dito desenvolvimento socioespacial (*substrato do desenvolvimento urbano*), cujas várias possibilidades os artigos dessa revista demonstram ou negam, se define pela autonomia individual e coletiva que se aufere pelos oportunidades objetivas disponíveis, pela capacidade psicológica de fazer opções e pela compreensão de si mesmo e sua cultura, visando, em última instância, a constituição de uma cidade justa pressupõe

(...) uma sociedade justa, a qual, por sua vez só o será se o seu nomos (*normas, leis*) e suas instituições garantirem o acesso igualitário à tomada de decisões: ou seja, garantirem a autonomia dos indivíduos (*pensado também como membros de um grupo*) e da sociedade. Essa é a base sobre a qual poderá, mais adequada e legitimamente, ser pensado e decidido o conteúdo substantivo de palavras como ‘justiça’ e ‘bem comum’, assim como desenvolvimento (SOUZA, 1998, P. 24).

Nesse sentido, esperamos que este material sirva como um guia introdutório para estudantes em nível de graduação e pós-graduação que tenham interesse ou necessidade de se atualizarem sobre o vasto repertório acerca da dinâmica recente das cidades brasileiras e também que desejam refletir criticamente sobre seus problemas socioeconômicos e políticos, pensando em propostas e alternativas para a resolução e mitigação dos mesmos.

Além disso, pensamos esse número do periódico como uma obra em aberto, passível de receber críticas e sugestões e sujeita às necessárias atualizações e futuras continuações assim como seu tema central, exposto no título, exige. Portanto, trata-se de um projeto que pretende inspirar futuras publicações em sequência no objetivo de crescentemente buscar contribuir e aprofundar os estudos sobre a temática do urbano e de seu conjunto de agentes e relações no Brasil.

REFERÊNCIAS

LEFÉBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 2ª. Edição.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010, 10ª. Edição.

SOUZA, M. L. de. Em torno de um hífen. **Formação**, Presidente Prudente, Programa de Pós-graduação em Geografia, n. 15, v.1, p. 159-161, 2008.

SOUZA, M. L. de. Desenvolvimento urbano: a problema renovação de um conceito-problema. **Território**, Rio de Janeiro, UFRJ-Laget, ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez. 1998.

SPOSITO, E. S. **A rede urbana**. São Paulo: Edunesp, 2008.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. SP: Nobel, 1998.

ZANDONADI, J. C. Cidades médias e cidades de porte médio: um debate conceitual a partir da situação geográfica de Taboão da Serra, São Carlos e Marília. **Anais do XII Simpósio de Geografia/Sinpurb**, Belo Horizonte, UFMG. <http://xiisimpurb2011.com.br>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2013.